

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTINA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SÉRGIO MALSUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Lula,
o irredutível

Ao dizer que não usou a palavra 'Holocausto' para criticar a ofensiva de Israel contra o Hamas, Lula debocha da inteligência alheia e rebaixa ainda mais sua condição de chefe de Estado

Como se sabe, o presidente Lula da Silva, há alguns dias, comparou a ação militar de Israel contra o Hamas em Gaza ao genocídio dos judeus pelos nazistas na 2.ª Guerra. Ao fazê-lo, ofendeu a memória das vítimas do Holocausto, os descendentes dessas vítimas e todos os cidadãos brasileiros – judeus ou não – dotados de senso de justiça, firmeza moral e compaixão. Em vez de pedir desculpas por tamanho ultraje, Lula, o irredutível, partiu para nova ofensa, desta vez também à inteligência

alheia.

Durante entrevista a um programa da RedeTV!, na terça-feira passada, Lula não só afirmou que “diria a mesma coisa” caso pudesse voltar no tempo, como teve a desfaçatez de alegar que jamais empregou a palavra “Holocausto” para criticar a campanha militar israelense na Faixa de Gaza. “Holocausto foi uma interpretação do primeiro-ministro de Israel, não foi minha”, disse o petista.

A desonestidade intelectual é gritante. Convém recordar a fala de Lula que causou a celeuma: “O que está

acontecendo em Gaza (as mortes de civis) não existiu em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu. Quando Hitler resolveu matar os judeus”. Pois foi exatamente “quando Hitler resolveu matar os judeus” que se criou o termo Holocausto para designar esse crime.

Evidentemente, Lula sabe muito bem o que foi o Holocausto. Sabia exatamente a reação que pretendia causar quando disse que a campanha militar de Israel contra o Hamas equivalia à resolução de Hitler de “matar os judeus”. Estamos diante, portanto, de pura má-fé. Seja por cacete ideológico, seja porque se considera incapaz de errar, Lula preferiu se aferrar à infâmia e, por que não?, ampliá-la.

Havia formas dignas de o presidente brasileiro sustentar críticas legítimas à condução da guerra contra o Hamas por Israel – que decerto contém atos que podem ser classificados como crimes de guerra – sem afrontar a História nem ofender milhões de cidadãos mundo afora. Mas Lula é caso perdido. Resta evidente que o demiurgo petista só se interessa pelo que acontece em Gaza na exata medida do seu objetivo de bancar o guia genial do tal “Sul Global” contra os “imperialistas” americanos e seus satélites, particularmente Israel. Para Lula, os fatos – bem como a História – são irrelevantes.

Mas não ficou só nisso. Lula considerava que o que ocorre na Faixa de Gaza não é “uma guerra de um exército altamente preparado contra outro exército altamente preparado”, e sim, “na verdade, uma guerra de um exército altamente preparado contra mulhe-

res e crianças”. Trata-se de uma evidente tentativa de ilustrar o tal “genocídio” de que o petista acusa Israel. Ora, o Exército de Israel trava uma guerra contra um inimigo feroz que tem como objetivo declarado a aniquilação dos judeus, que atacou covardemente civis israelenses e que usa palestinos inocentes como escudos humanos. Lula, contudo, escolheu ignorar a natureza terrorista e genocida do Hamas e condenar o país agredido, atribuindo a Israel – fundado como uma forma de dar segurança aos judeus, que estiveram à beira da extinção com o Holocausto – um crime semelhante justamente ao cometido contra os judeus por Hitler. Não foi à toa que o Hamas agradeceu a Lula por suas palavras.

A imoralidade lulopetista é evidente. Depois dessa entrevista, está claro que é ocioso esperar de Lula qualquer gesto público de grandeza, isto é, que reconsidere sua descabida comparação entre a guerra em Gaza e o Holocausto e que peça desculpas a todos os que se ofenderam com sua fala.

No limite, é compreensível que a grosseria do governo israelense ao responder ao presidente brasileiro dificulte um pedido formal de desculpas. Mas, como chefe de Estado, como a voz do povo brasileiro que se faz ouvir entre a comunidade das nações, a Lula se impõe alguma retratação – mesmo como um simples gesto político, como um sinal de respeito, para o Brasil e para o mundo, aos valores universais sobre os quais foi erigida esta República. Infelizmente, ao que tudo indica, não vai acontecer. ●

É preciso racionalizar o sistema policial

Fórum de Segurança Pública evidencia defasagens nos quadros e salários das polícias. Mas melhorias na gestão e alocação de recursos seriam mais relevantes que um aumento quantitativo

Segundo um levantamento do Fórum de Segurança Pública, em dez anos o efetivo da Polícia Militar (PM) no Brasil caiu 6,8% (30 mil); e o da Polícia Civil, 2% (2,2 mil). O *Ratão-x das Forças de Segurança Pública* mostra que o salário dos policiais é defasado na comparação internacional. A solução parece simples: mais policiais e melhores salários. Mas é preciso relativizar essa conclusão. Embora obviamente essa possa ser uma diretriz geral, há a necessidade de reformar o modelo de administração pública. Sem isso, o mero aumento quantitativo pode ser fiscalmente inviável e, sem mudanças na gestão e na alocação de pessoas e recursos, pode ser improdutivo e até contraproducente.

Na diferença entre o número de poli-

ciais ativos e o número de vagas previstas, o Fórum aponta uma defasagem de 30% para a PM e de 36% para a Polícia Civil. Mas essas vagas são estabelecidas por cada Estado, em geral sem critérios técnicos. A previsão no Amapá, por exemplo, é de um PM para cada 92 habitantes. Se esse critério fosse aplicado em São Paulo, seriam 480 mil policiais, mais do que o contingente nacional inteiro. Na prática, o Amapá, um dos Estados mais violentos do Brasil (inclusive em mortes por policiais), tem 4,2 PMs por mil habitantes, enquanto São Paulo, um dos menos violentos, tem 1,8.

O Brasil tem dois PMs por mil habitantes, um índice razoável comparado ao restante do mundo. Os EUA têm entre 1,8 e 2,6. Mas há um problema de alocação. Com justas razões, as exigências técnicas e a exposição ao risco fa-

zem dos policiais profissionais caros. Mas, no Brasil, o efetivo é desperdiçado em tarefas administrativas e burocráticas. Em Nova York, 30% dos funcionários da polícia são civis, o que permite empregar os policiais efetivamente na repressão ao crime.

Os policiais no Brasil são mal remunerados. Levando em consideração o custo de vida de cada país, a remuneração média do policial brasileiro está abaixo do que se paga no Chile e em Portugal, por exemplo.

Além de tudo, há as distorções típicas do serviço público: uns poucos no topo ganham muito, e a maioria na base, pouco. Mais de 33 mil oficiais recebem acima do teto do funcionalismo. A progressão de carreira é disfuncional. Em muitos Estados há mais sargentos do que praças. Somem-se a isso as pressões fiscais e previdenciárias, e estabelece-se um quadro viciado em que é difícil repor os efetivos e remunerá-los adequadamente. Além disso, 98% dos gastos são de custeio, sobrando pouco para investimento.

Com o déficit dos efetivos estaduais, as prefeituras cada vez mais assumem respostas reativas, ampliando guardas municipais menos preparadas para o policiamento e absorvendo recursos que poderiam ser mais bem aplicados em prevenção social. O desenho urbano, às vezes a mera iluminação pública, pode ter impacto expressivo na

redução da criminalidade. Ocorrências criminais são extraordinariamente concentradas, e um mapeamento bem feito pode ajudar a polícia a direcionar sua atuação. Mas poucos governos investem nisso.

Estados no topo dos índices de segurança pública, como São Paulo, Santa Catarina ou Minas Gerais, podem servir de modelo para racionalizar os sistemas de alocação de pessoal e recursos. São Estados com efetivos e gastos relativamente baixos, mas que têm sistemas de gestão e progressão mais técnicos e equilibrados e conseguem investir em treinamento, tecnologia e inteligência, ampliando a eficácia de seus efetivos.

Modelos como esses podem servir de base para uma regulação nacional racionalizando a gestão e alocação das polícias. Mas, tradicionalmente, a Federação é negligente. O governo de Michel Temer lançou os alicerces de um Sistema Único de Segurança Pública, mas desde o governo de Jair Bolsonaro sua construção foi deixada de lado. Governos de esquerda, como o do PT, sofrem de miopia ideológica e tendem a vilanizar as polícias e concentrar esforços na suposta prevenção social como uma panaceia que na prática se mostra inócua.

É preciso mais policiais com melhores salários, mas, sobretudo, é preciso racionalizar o sistema policial. ●